

As oposições querem uma Constituinte, o Governo prefere utilizar os poderes constituintes inerentes ao atual Congresso. Mas todos concordam.

# Constituição não serve mais

FRANCISCO MASCARENHAS

Há hoje, indiscutivelmente, um sólido consenso na classe política: a atual Constituição já não serve ao País. As discordâncias, no entanto, situam-se justamente no processo a ser adotado para que se estabeleça um novo pacto social. As oposições, em seu conjunto, reclamam a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. O Governo, através do PDS, rejeita a hipótese e sugere que, através do que chama de poderes constituintes remanescentes, as reformas sejam feitas através do atual Congresso.

Todos, contudo, Governo e oposições, reiteram a necessidade de se aperfeiçoar o atual modelo político, oriundo do Movimento de 1964. A partir dessa constatação, o Correio Braziliense colheu sugestões de quatro expressivos representantes das correntes políticas da Situação e da Oposição: os senadores Jarbas Passarinho (líder do PDS), Paulo Brossard (líder do PMDB) e Franco Montoro (candidato ao governo de São Paulo pelo PMDB) e o ex-vice-governador paulista Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

Em comum, os quatro rejeitam medidas restritivas para o encaminhamento de soluções. Assim é que, enquanto o líder do PMDB no Senado, Paulo Brossard (RS), sugere a adoção do parlamentarismo, para o aperfeiçoamento do nosso processo político, o líder do Governo, Senador Jarbas Passarinho, deixa claro que se deve ter, na devida consideração, a economia, ou a reorientação de nosso neocapitalismo. Como exemplos significativos dessa reorientação, Passarinho apontou, entre outros, a política salarial e a preocupação com os inativos do serviço público; e, ainda, prometeu o envio de mensagem ao Congresso criando a taxa sobre as heranças.

Por sua vez, o senador Franco Montoro (PMDB - SP), traçando um perfil da sua plataforma de candidato ao Governo do Estado de São Paulo, defendeu uma alternativa comunitária, caracterizada pela descentralização de poderes e de recursos, mediante o fortalecimento das comunidades intermediárias que constituem a base da Nação, em substituição ao atual modelo concentrador de poderes e de riqueza. "É preciso - frisou - substituir o paternalismo governamental pela participação responsável da comunidade".

Já o professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho (PDS - SP), ex-vice-governador de São Paulo, na administração Paulo Egydio, e, hoje, na suplência do senador biônico Amaral Furlan (PDS - SP), entende ser necessária a instituição do sistema eleitoral alemão, o distrital misto, como também a participação aberta, isto é, tornar facultativa a participação no processo político, mormente no eleitoral. Na sua opinião, a participação compulsória, ao invés de fortalecer a democracia, simplesmente a incha.

O líder do PMDB, senador Paulo Brossard, começou por afirmar não poder versar sobre o tema proposto sem abordar a questão do Sistema de Governo, por tratar-se, no seu modo de ver, de questão fundamental.

— Tenho — disse ele —, como historicamente certo, que o Sistema Parlamentar é a mais moderna e aperfeiçoada modalidade de democracia representativa.

Ao explicitar sua tese, o líder peemedebista observou que, no sistema parlamentar, os poderes, além de eleitos temporariamente, (mais do que em qualquer outro sistema), são também responsáveis. "O mandato — notou — das autoridades é móvel e abreviável. Existem certos limites máximos, mas existe também a possibilidade de sua abreviação."

Por outro lado, segundo ainda Brossard, no sistema presidencial os mandatos são fixos. As autoridades têm dia certo para entrar e sair do governo ou do Congresso. "Eleitos — completou — por tempo certo, podem viver em conflito permanente e podem também voltar-se contra os representantes, divorciando-se dos eleitores".

No sistema parlamentar, insistiu o líder oposicionista, que constitui "a solução mais elegante e mais prática do problema da divisão dos poderes e suas relações, segun o DUGUIT: tais conflitos existem, como em todos os organismos, mas se resolvem naturalmente, pois que ele repousa sobre a igualdade do Parlamento e do Governo, sobre sua íntima colaboração em toda a atividade do Estado e ainda sobre a ação que exercem um sobre o outro, limitando-se reciprocamente".

Para Brossard, o mais importante, no entanto, é que, graças à dicotomia do Poder Executivo no sistema parlamentar, é possível que, "sem revoluções e golpes de estado", o Governo preste contas continuamente e ceda lugar a outro sem entrar em conflito com a representação popular, ao mesmo tempo que, acima dos litígios, "naturais e inevitáveis", se mantenha o Presidente da República, como árbitro supremo, para intervir nos momentos de choque entre o Governo e a Câmara.

— Quando — acentuou — o equilíbrio se rompe, o Gabinete cai ou cai a Câmara. Cai o Governo,



Jarbas Passarinho

“É claro que, para que se aperfeiçoe o regime democrático no Brasil, devemos ter na

devida conta a economia. É evidente que teremos que passar, nessa caminhada, por uma mais que necessária reorientação do nosso neocapitalismo”



Ferreira Filho

“O modelo político e social capaz de responder às exigências de novas

formas de convivência social, que favorecem o processo de nosso efetivo desenvolvimento, respeitando os valores humanos fundamentais, é a democracia representativa”

dando lugar a outro que se organiza em seu lugar, de conformidade com as tendências da Câmara, ou cai a Câmara, dando lugar a outra que será eleita e há de refletir as atuais tendências do eleitorado.

Sobre a alta função do Presidente da República no sistema parlamentar, "por alguns tida como meramente decorativa", o senador gaúcho, lembrando ensinamentos do "mestre Raul Pila", ressaltou que "sendo o presidente, num sistema, o chefe da Nação e, na outro, também, o chefe do governo, claro é que neste sistema tem ele maiores poderes que no primeiro. Mas — comentou — são poderes que lhe amesquinham a autoridade e lhe suprimem a majestade".

— "A um espírito grosseiro e autoritário não há de seduzir mais o papel de inferior, que o de mandar, mas o de valer pelo bom provimento dos cargos, que o de os distribuir, mais o de arbitrar, que o de jogar; mas muito mais elevada, muito mais delicada é, por certo, a função no primeiro caso, que no segundo. Assim, na república parlamentar, a presidente do Conselho chegam muitos e relativamente mocos; à honra, porém, de presidir a República, poucos são os que podem aspirar, porque tais cargos se reservam aos que, por seu passado e seus predicados pessoais, fizeram jus à confiança integral da Nação".

Vários — concluiu — são os casos de grandes políticos que não conseguiram a suprema magistratura, apesar de a haverem pretendido. Basta citar, em França, Clemenceau, ao qual faltavam, ainda no último quartel de vida, a serenidade e o equilíbrio para a investidura. Pode-se dizer que a alta dignidade chegam somente os que se purificaram das paixões do poder — sublinhou.

## ALTERAÇÕES PROFUNDAS

Por sua vez, entende o líder do Governo no Senado, Jarbas Passarinho, que, para o aperfeiçoamento do regime democrático representativo, há que introduzir algumas modificações de vulto na organização política nacional. A primeira delas, a seu ver, se refere ao processo de eleições para Governador e Presidente da República:

— Não importa — diz ele — se se direta ou indiretamente se faça a escolha. O importante é que seja, no caso de indireta, diversa do que hoje se dá. Deve caber ao colégio eleitoral a livre escolha, através de um processo que inclua a apresentação e registro de candidaturas diversas e a correspondente campanha eleitoral, com a apresentação das principais idéias de cada um. Por outro lado, em vez de a eleição fazer-se por um colégio eleitoral, cujos membros estejam em fim de mandato eletivo, melhor será que o seja por um colégio constituído de mandatários do povo, que seja de eleitos que fizeram suas campanhas já articuladas com a campanha do candidato a governador e a presidente, pois assim será absoluta a legitimidade do poder a ser transferido.

No tocante à defesa do Estado



Paulo Brossard

“Para que o processo político se aperfeiçoe, no Brasil, entendo que urge uma

revisão das relações entre os poderes. Se olharmos para a experiência internacional, veremos que o sistema parlamentar constitui o mais perfeito modelo democrático”



Franco Montoro

“Para se aprimorar o processo político no Brasil, é vital o voto de

qualidade. Para isso, deve se participar aberta, mas não compulsoriamente, do processo político, em especial do eleitoral. A participação facultativa elevaria sua qualidade”.

Vereadores por uma parte de mandatários eleitos segundo o princípio da representação proporcional e outra por aplicação do princípio majoritário, em distritos eleitorais, em proporção variável conforme a câmara.

Depois de alinhar as vantagens e desvantagens deste sistema, recordou que sólidas e estáveis democracias, como as anglo-saxônicas e a francesa, adotam, com sucesso, a eleição por distrito, sendo que a França tem um sistema peculiar, que é o *ballottage*, e eleição em dois turnos, desde que o candidato não haja obtido maioria absoluta. "No Senado — comentou — já defenderam a adoção do sistema misto, homens como Milton Campos, Franco Montoro e tarso Dutra".

Por fim, destacou que o aperfeiçoamento de nosso regime democrático, deve ter, na devida consideração, a economia ou a reorientação de nosso neocapitalismo. Segundo assinalou, "a política salarial, a preocupação com os inativos do serviço público e a próxima remessa de mensagem criando a taxa sobre as heranças são alguns exemplos significativos dessa orientação. Ao lado — concluiu Passarinho — das medidas no campo da economia, a liberação no quadro político haverá de marcar a estratégia de aperfeiçoamento democrático, que esperamos alcançar no Brasil em curto prazo".

## ALTERNATIVA COMUNITÁRIA

Por sua vez, o senador Franco Montoro (PMDB-SP), em substituição ao atual "modelo concentrador de poderes e de riquezas", defende uma alternativa comunitária, caracterizada pela descentralização de poderes e de recursos, mediante o fortalecimento das comunidades intermediárias que constituem a base da Nação. "Não podemos — enfatizou — aceitar a exploração do homem pelo homem, nem a opressão do homem pelo Estado. Comunidade é a idéia-força de uma política humanista. Alternativa comunitária, uma nova ideologia".

Essa nova ideologia, pregada por Montoro, parte da premissa de que a pessoa humana — "e não o capital, o Estado ou o Partido" — constitui o sujeito, o fundamento e o fim da vida social. "Mas — ressaltou — o homem real não é um ser isolado. Nenhum homem é uma ilha. Ele vive no seio de uma família. É empregado de uma empresa. Estuda numa escola. Mora num bairro. É associado de uma cooperativa. É membro de um sindicato, de uma associação, de um partido ou de um clube. É, pois, dentro de *comunidades* reais que ele vive e se desenvolve. Nas comunidades ele atua. É através das comunidades que ele pode participar da vida de toda a sociedade".

Como realizar as transformações ou reformas de sentido comunitário? indaga Montoro e ele mesmo responde que por dois caminhos. Primeiro, pela adoção de processos comunitários ou de participação. Segundo, pela defesa e fortalecimento das comunidades intermediárias em todos os níveis da vida social. Para ele, adotar processos comunitários significa empregar métodos de ação social com a participação ativa dos membros da comunidade.

— Significa — ajuntou — ver em cada homem um ser capaz de agir de forma racional e responsável, e não um simples objeto a receber passivamente benefícios e atenções. Significa substituir o paternalismo pela participação.

Depois de observar que o Brasil está hoje diante de alternativas decisivas para o seu destino, dadas mesmo em face às dimensões continentais do País, a diversidade de situações locais e os valores humanos de nossa cultura, o senador paulista e candidato declarado ao Governo do seu Estado reafirma a sua convicção de que "o modelo político brasileiro não pode deixar de inspirar-se nas grandes linhas desse pensamento humanista e democrático".

— A alternativa comunitária, representada por uma democracia participativa, surge, assim, como modelo político e social capaz de responder às exigências contemporâneas de novas formas de convivência social, que favoreçam o processo de nosso efetivo desenvolvimento e respeitem os valores humanos fundamentais de justiça e de liberdade — assegurou Montoro.

Essa, na sua opinião, é a vocação humanista do Brasil, "vinculada às raízes cristãs de nossa História e, por isso, incompatível com a exploração de massas humanas por grupos capitalistas ou sua opressão por ditaduras de qualquer tipo. País jovem, contínuo, com população predominantemente jovem, o Brasil inicia, em seus maiores centros populacionais, uma experiência de intensa participação de quase todos os setores da sociedade no processo político e na luta pela democracia, como instrumento de libertação e garantia de seu verdadeiro desenvolvimento".

Que essa experiência seja "compreendida adequadamente e apoiada, para que os destinos do Brasil sejam fixados pelo povo brasileiro, que quer ser senhor de seu próprio destino", é o que espera o senador do PMDB paulista, para quem "milhões de brasileiros, sofrendo terríveis privações e colocados, ainda hoje, à margem dos benefícios da civilização e da cultura, têm o direito de esperar que aqueles que conhecem seus problemas assumam o papel histórico de falar pelos que não têm voz e de abrir os caminhos da justiça para que todos os homens possam caminhar".

## PARTICIPAÇÃO ABERTA

Por fim, o professor Manoel Gonçalves, depois de fazer uma aprofundada análise acerca da Democracia e de sua institucionalização no Brasil atual, concluiu por observar que "o modelo democrático a ser posto em prática no Brasil deveria ser aperfeiçoado com algumas das lições da Ciência Política. Deveria ser, como às vezes se insiste com certo exagero, um novo modelo".

— De fato, — frisou — aprimoraria o novo modelo a participação aberta, isto é, não compulsória, no processo político, mormente no eleitoral. Hoje, obriga-se todo o povo, inclusive a fração desinteressada, a participar das eleições, sob diversas sanções.

Na sua maneira de ver, a Democracia não ganha com isso. "Ao contrário — observou — ela simplesmente incha com esses votos inconscientes, não raro determinados na boca da urna, por um irracional qualquer". Por isso, entende que tornada facultativa a participação "certamente se elevaria a qualidade desta".

Igualmente, entende Manoel Gonçalves que, para que se restabeleça dentro do possível a seleção de convívio — "que, na lição de Montesquieu, é a base da representação" — conviria adotar como sistema eleitoral o distrital misto, ou "alemão". "Guardar-se — ressaltou — do proporcional a representação das grandes correntes na medida de sua força eleitoral, mas, ao mesmo tempo, dar-se-ia ao eleitor a possibilidade de escolher, nos distritos, entre pessoas que conhece, de experiência vivida".

Isto, a seu ver, inclusive, diminuiria a influência dos meios audiovisuais de comunicação de massa, as manipulações da propaganda e a própria corrupção do dinheiro.

De outro lado, Manoel Gonçalves é de opinião de que os partidos políticos não deveriam ter o monopólio eleitoral de que hoje gozam. Deveria, no seu entendimento, existir a possibilidade de candidatos independentes disputarem eleições. A obrigatoriedade da participação por meio dos partidos, para ele, apenas os "incha", levando-os a abrigar elementos que não partilham de seus ideais, mas a eles foram levados pela necessidade de uma legenda.

— Ao concluir sua linha de pensamento, Manoel Gonçalves acentuou ser preciso observar que, em vista da fase de desenvolvimento por que passa o Brasil, não parece possível definir-lhe um modelo definitivo.

— As mudanças aceleradas no quadro econômico e social recomendam prudência nos objetivos e moderação nas soluções. Necessário, por isso, é guardar suficiente flexibilidade para que se implante, por aproximações sucessivas, a Democracia tão desejada. Do contrário, corre-se o risco de se ter Democracia demais em relação ao momento e às circunstâncias, o que certamente fará com que, logo a seguir, se tenha Democracia de menos. Como tudo no Universo, a Democracia não se faz num só dia — concluiu.